



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA**  
Gabinete do Prefeito

OFÍCIO N.º 084/2025

Chuvísca/RS, 29 de abril de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, apresentamos à apreciação dos Nobres Legisladores, o **Projeto de Lei n.º 026/2025**, que "Altera a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 770, de 24/03/2010", conforme a justificativa que acompanha o expediente onde são elencadas as razões e a finalidade da presente proposta.

Atenciosamente,

**Márcio Sidinei Konflanz**  
Prefeito de Chuvísca

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Hélio José Langhans**,  
Presidente da Câmara de Vereadores,  
Chuvísca/RS.

**Câmara Municipal  
de Vereadores de Chuvísca**

Protocolo nº 168

Data: 02/05/2025

Horário: 09:40

Beatriz  
Responsável



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA**  
Gabinete do Prefeito

**MENSAGEM DO PROJETO DE LEI N.º 026/2025**

Ilustríssimos Senhores Vereadores, apresentamos para apreciação desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n.º 026/2025, que *"Altera a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 770, de 24/03/2010"*.

A presente proposta busca corrigir uma defasagem histórica, uma vez que a diária rural, instituída pela Lei Municipal nº 770/2010, foi reajustada apenas com base na variação do Valor Padrão de Referência (VPR), o que não acompanhou adequadamente a elevação dos custos de deslocamento e alimentação dos servidores que desempenham suas funções em áreas rurais.

Salienta-se que a finalidade da diária rural é para cobrir os gastos com transporte e alimentação do servidor público municipal designado para realizar serviços no interior do município, cuja a distância entre a sede e o local da execução dos serviços acaba impossibilitando que o mesmo retorne para almoçar em sua residência ou então que necessite utilizar de meio de transporte particular para realizar o deslocamento, de modo que se mostra menos oneroso ao ente público conceder o benefício do que disponibilizar a condução.

Portanto, a diária municipal rural tem caráter alimentar e é imprescindível para indenizar os gastos que o servidor público dispendeu durante o período que se encontra à serviço da municipalidade no desempenho das suas funções no interior do município, nas mais diversas localidades da zona rural.

Além disso, o reajuste ora proposto busca readequar o percentual da diária municipal rural para patamar que reflita a realidade local, evitando que a atual aceleração da inflação existente em nosso país possa atingir de maneira substancial a função jurídica do benefício a ponto de desestimular o servidor quanto ao desempenho das suas atividades fora do âmbito urbano.

Por fim, cabe dizer que a alteração foi analisada com responsabilidade fiscal e orçamentária, garantindo o equilíbrio das contas públicas e o respeito aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), conforme demonstra a estimativa do impacto orçamentário-financeiro que acompanha a proposta.

Por tais justificativas, apresentamos a proposição e requeremos que o presente Projeto de Lei seja apreciado e colocado em votação, e, ao final, aprovado em todos os seus termos pelos nobres Vereadores, pois a proposição atende ao interesse público e a legalidade.

Gabinete do Prefeito, 29 de abril de 2025.

  
Márcio Sidinei Konflanz  
Prefeito de Chuvisca



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA**  
Gabinete do Prefeito

**PROJETO DE LEI N.º 026/2025**

*Altera a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 770, de 24/03/2010.*

**Art. 1º** Fica alterado o art. 1º da Lei Municipal nº 770, de 24/03/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 1º Os servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal da Infraestrutura Urbana e Rural e na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente que, no exercício de suas funções, necessitem deslocar-se para as zonas rurais do Município a serviço da municipalidade, ficando impossibilitados de almoçar em suas residências, receberão uma diária rural no valor de 4% (quatro por cento) do Padrão de Referência."*

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município, podendo ser suplementadas, caso necessário.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Chuvisca/RS, 29 de abril de 2025.

**Márcio Sidinei Konflanz**  
Prefeito de Chuvisca





ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Nº

13

Em cumprimento ao disposto nos art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, emitimos o presente parecer, considerando os seguintes dados:

Finalidade:

Atender o Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo promover o reajuste da diária rural concedida pelo Município de Chuvisca, estabelecendo o percentual de 4% do Padrão de Referência do Município.

1

TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

Criação de Ação Governamental (Art. 16)

Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (Art. 17)

DESCRIÇÃO: Alteração da lei das diárias conforme Projeto de Lei.

ESTIMATIVA DE GASTOS E VIGÊNCIA DA DESPESA

Orgãos: 02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL; 03 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO; 04 - SECRETARIA DE SAÚDE E 05 - SECRETARIA DA IGUALDADE, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER

Valor referencial R\$ 803,07

2

CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA

Nº DIÁRIAS	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ATUAL	NOVO VALOR	FONTE DE RECURSO	VALOR TUAL	NOVO VALOR	IMPACTO
2688	DIÁRIA	R\$ 25,00	R\$ 33,00	500 - LIVRE	R\$ 67.205,64	R\$ 88.711,53	R\$ 21.505,88
2688	DIÁRIA	R\$ 25,00	R\$ 33,00	TOTAL	R\$ 67.205,64	R\$ 88.711,53	R\$ 21.505,88

3

Fonte de Recursos:

Período :

PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO

PROPRIOS E VINCULADOS

12 MESES

VALOR (R\$)

VALE ALIMENTAÇÃO

MÊS	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2026	EXERCÍCIO 2027	EXERCÍCIO 2028	EXERCÍCIO 2029	EXERCÍCIO 2030	TOTAL
JANEIRO	R\$ -	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 42.377,66
FEVEREIRO	R\$ -	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 42.377,66
MARÇO	R\$ -	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 42.377,66
ABRIL	R\$ -	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 42.377,66
MAIO	R\$ 7.392,63	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 49.770,28
JUNHO	R\$ 7.392,63	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 49.770,28
JULHO	R\$ 7.392,63	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 49.770,28
AGOSTO	R\$ 7.392,63	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 49.770,28
SETEMBRO	R\$ 7.392,63	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 49.770,28
OUTUBRO	R\$ 7.392,63	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 49.770,28
NOVEMBRO	R\$ 7.392,63	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 49.770,28
DEZEMBRO	R\$ 7.392,63	R\$ 7.808,83	R\$ 8.156,33	R\$ 8.478,50	R\$ 8.801,53	R\$ 9.132,47	R\$ 49.770,28
VALOR TOTAL	R\$ 59.141,02	R\$ 93.705,99	R\$ 97.875,90	R\$ 101.742,00	R\$ 105.618,37	R\$ 109.589,62	R\$ 567.672,90

ÍNDICES DE INFLAÇÃO:

2025:	5,63%	2026:	4,45%	2027	3,95%	2028	3,81%
2029	3,76%						

Estimativa de Impacto Orçamentário:

Orgãos: 02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL; 03 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO; 04 - SECRETARIA DE SAÚDE E 05 - SECRETARIA DA IGUALDADE, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER

MÊS	2025	2026	2027	2028	2029	2030
FONTES DE RECURSO:	PROPRIOS E VINCULADOS					
Saldo Fin. Exerc. Anterior	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITA REALIZADA/PROJETADA	R\$ 32.683.292,11	R\$ 32.633.263,11	R\$ 33.733.236,47	R\$ 33.901.441,91	R\$ 34.312.110,14	R\$ 35.602.245,48
DESPESA COMPROMETIDA	R\$ 18.727.485,79	R\$ 19.241.483,79	R\$ 19.426.796,35	R\$ 20.026.846,06	R\$ 20.471.337,20	R\$ 21.241.059,48
NOVA OPERAÇÃO	R\$ 14.337,25	R\$ 22.716,66	R\$ 23.727,55	R\$ 24.664,79	R\$ 25.604,52	R\$ 26.567,25
RESULTADO	R\$ 13.941.469,07	R\$ 13.369.062,66	R\$ 14.282.712,57	R\$ 13.849.931,06	R\$ 13.815.168,42	R\$ 14.334.618,75

Conforme análise dos dados acima é possível realizar a despesa, pois, há recursos financeiros para sua realização.

Estimativa de Impacto das Metas:

Resultado Primário

2025

EXERCÍCIOS

2026

2027

2028

Meta de Resultado Primário	-R\$	206.546,11	-R\$	213.981,77	-R\$	221.471,13	-R\$	229.222,62
(-) Impacto na meta de Resultado Primário	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
(=) Resultado Primário com a nova despesa	-R\$	206.546,11	-R\$	213.981,77	-R\$	221.471,13	-R\$	229.222,62



Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA  
Secretaria de Gestão Pública

COMPATIBILIDADE COMO PPA, LDO E LOA, CONFORME LEGISLAÇÃO

Plano Plurianual

- ( x ) Adequada  
( ) Inadequada

Obs:

A despesa se encontra prevista no Plano Plurianual

Lei de Diretrizes Orçamentárias

- ( x ) Adequada  
( ) Inadequada

Obs:

A despesa se encontra prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Lei Orçamentária Anual

- ( x ) Adequada  
( ) Inadequada

Obs:

A despesa se encontra na previsão das despesas para o orçamento de 2025.

PREVISÃO DE IMPACTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Mês Referência:

mar/25

Item	EXERCÍCIOS							
	2025		2026		2027		2028	
1 - RCL do Período	R\$	31.853.659,50	R\$	33.272.968,16	R\$	33.449.466,38	R\$	33.747.151,48
2 - Dívida Consolidada	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
3 - Percentual RCL		0%		0%		0%		0%
4 - Valor Impacto Proposto	R\$	14.337,25	R\$	22.716,66	R\$	23.727,55	R\$	23.727,55
5 - Percentual RCL Impacto Proposto		0,05%		0,07%		0,07%		0,07%
6 - Percentual RCL C/Impacto Proposto		0,05%		0,07%		0,07%		0,07%

Resultado do Impacto, temos:

- ( x ) Atende ao exigido pela Legislação em Vigor em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal;  
( ) Não atende ao exigido pela Legislação em Vigor em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONCLUSÃO

1 - Obrigatoriedade constitucional

- ( x ) Atende o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e o exigido pela Legislação em Vigor;  
( x ) Atende o disposto na legislação municipal em relação ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual.  
( ) Não atende o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e o exigido pela Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º.  
( ) Não atende o disposto na legislação municipal em relação ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual.

2 - Impacto Gasto / Receita Corrente Líquida

- ( x ) Atende o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.  
( ) Não atende o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

3 - Impacto Orçamentário

- ( x ) Atende o disposto nos artigos 16 e 17, da Lei Responsabilidade Fiscal, há disponibilidade financeira para a operação supracitada.  
( ) Não atende o disposto nos artigos 16 e 17, da lei responsabilidade Fiscal, por não haver disponibilidade financeira para a operação supracitada.

Parecer

Senhor Ordenador da Despesa, informo que conforme os dados evidenciados acima o município possui capacidade financeira para pagamento da referida operação, conforme dispõe a legislação em vigor, para que a mesma possa ser realizada. É o parecer.

Chuvisca - RS, 29/04/2025.

Norton Hartwig Iwen  
Contador  
CRC/RS 098694/O-8  
Norton Hartwig Iwen  
Contador  
CRC/RS 098694/O-8



### DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

MARCIO SIDINEI KONFLANZ, Prefeito Municipal de Chuvisca - RS, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, a fim de promover reajuste da diária rural concedida pelo Município de Chuvisca, estabelecendo o percentual de 4% do Padrão de Referência do Município, DECLARO existir recursos orçamentários para a execução das despesas decorrentes do aumento proposto, sendo que a origem do mesmo será suportada conforme projeto de lei orçamentária para o exercício de 2025 em suas dotações específicas conforme dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentária e Plano Plurianual e legislação que regulamentará a execução das diárias dos Servidores Municipais e Cargos em Comissão. Por fim, DECLARO, que a execução da despesa acima referida não contraria nenhum dispositivo legal, notadamente da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e demais leis em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois, estamos atendendo as exigências faltantes através dos Projetos de Lei ora apresentado.

Chuvisca - RS, 29/04/2025.

---

MARCIO SIDINEI KONFLANZ  
Prefeito Municipal